



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**GESTÃO DEMOCRÁTICA EM UM AMBIENTE SOCIOMORAL
COOPERATIVO**

MICHELE MENDES SANTANA INÊS

BELO HORIZONTE, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**GESTÃO DEMOCRÁTICA EM UM AMBIENTE SOCIOMORAL
COOPERATIVO**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Dra.Regina A. Barros de Souza, do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

MICHELE MENDES SANTANA INÊS

GESTÃO DEMOCRÁTICA EM UM AMBIENTE SOCIOMORAL COOPERATIVO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em _____ de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

- Avaliador

Profª Dra. Regina A. Barros de Souza – Orientadora

Michele Mendes Santana Inês - Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico esta, bem como todas minhas demais conquistas, aos meus pais (Milton e Neuza), ao meu esposo (Marcos) e ao meu querido filho (João Gabriel) - o maior e melhor presente que Deus poderia ter me dado...

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que concedeu força e coragem durante esta caminhada.

Ao meu querido pai (Milton), que sempre me incentivou e me fez sentir capaz, apoiando incondicionalmente minhas buscas pelo conhecimento.

À minha amada mãe (Neuza), um exemplo de mulher perseverante, que me auxiliou com suas orações e afeto e foi responsável pela minha dedicação e amor à causa da educação.

Ao meu esposo (Marcos), pela paciência e compreensão.

Ao meu filho amado (João Gabriel), que mesmo sem ter consciência disso, me inspirou à busca de novos desafios.

À professora Regina, pela orientação e incentivo, tornando possível este trabalho.

A todos os professores da Escola de Gestores, que muito contribuíram para esta conquista.

À minha amiga Silmara, companheira de curso.

E, finalmente, à minha amiga Flávia, que foi parceira e incentivadora das minhas conquistas profissionais.

RESUMO

O presente trabalho busca uma reflexão sobre a importância da Gestão Democrática no ambiente escolar, bem como sua relação com um ambiente sociomoral cooperativo. Descreve os resultados e transformações conquistados pela Escola Municipal Wilson Hedy Molinari, a partir da nova Proposta Pedagógica, reconhecida pela UNESP como experiência bem sucedida em Educação Moral. A atual proposta da Escola foi baseada em diagnóstico levantado a partir do Projeto Político de 2007, quando o corpo docente e técnico perceberam que a postura do aluno comprometiam tanto a produtividade quanto as relações interpessoais da escola. Por fim, propõe uma reflexão sobre a possibilidade de uma Gestão Compartilhada, mostrando que apesar dos obstáculos, a escola caminha para efetivação da efetiva participação da Comunidade.

PALAVRAS CHAVES: Gestão Democrática, Ambiente sociomoral cooperativo, Comunidade, Aprendizagem.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 08 |
| 1. REFERENCIAL TEÓRICO | 09 |
| 2. PROPOSTA DA ESCOLA..... | 14 |
| 3. GESTÃO COMPARTILHADA: REALIDADE OU UTOPIA?..... | 17 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 20 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 22 |
| ANEXOS | 23 |

INTRODUÇÃO

Atualmente, um dos grandes desafios da Escola Pública é repensar suas formas de organização visando uma formação cidadã. Desafio este que exige do Gestor a busca por mecanismos de articulação e participação efetiva de toda a Comunidade nos Processos de Decisões.

Um dos mecanismos, senão o principal, é a elaboração do Projeto Político Pedagógico, o qual visa pontuar os anseios da comunidade e estabelecer as metas que a escola pretende alcançar.

Durante a reelaboração do Projeto Político Pedagógico e ao longo do Curso, percebemos o quanto ainda nossa escola precisava avançar no que diz respeito às tomadas de decisões. Diante disso, fez-se necessário um estudo aprofundado sobre formas de se propiciar o envolvimento de toda a comunidade na definição de metas e tomada de decisão consciente e coletiva, a fim de atingir o que a escola se propõe: mudanças de paradigmas e busca da autonomia do educando.

Analisando o PPP da escola e percebendo a necessidade de efetivação da Gestão Democrática, procuramos abordar o Tema Gestão Democrática num ambiente Sociomoral cooperativo.

Buscamos pontuar que é possível por meio de uma gestão democrática, o envolvimento da comunidade escolar, bem como a democratização da educação pública. Nesse sentido, há muitos autores que abordam o tema e, muito contribuem e incentivam a consolidação da autonomia na escola.

No primeiro capítulo, buscamos contextualizar e situar historicamente a trajetória de movimentos sociais em busca de uma educação de qualidade. O segundo capítulo traz um breve relato da proposta desenvolvida na Escola Municipal Wilson Hedy Molinari, ressaltando que embora haja falhas na efetivação da participação, principalmente quando se trata do Conselho Escolar, a Escola já tem alguns avanços, como participação de alunos em assembleias quinzenais e outros procedimentos morais que fazem parte da Proposta Curricular da Escola. No terceiro capítulo, propomos uma reflexão sobre a possibilidade de concretização da gestão compartilhada. Por fim, apresentamos as considerações finais.

1 – REFERENCIAL TEÓRICO

A busca por uma educação democrática e de qualidade como direito de todo cidadão é uma constante luta da sociedade. A partir de reivindicações para que o Estado discutisse junto com os movimentos sociais, a possibilidade de diálogo acerca das diretrizes e metas para a educação foi alcançada.

A CONAE foi uma oportunidade para que, representantes dos diversos segmentos da sociedade, participassem das discussões e elaboração das diretrizes que compõem o Plano Nacional de Educação. Foi precedida por conferências municipais e intermunicipais que discutiram o documento referência e também por conferências específicas por áreas como: Conferência da Educação Básica, educação Profissionalizante e Tecnológica, Educação Escolar Indígena e Fórum Nacional do Ensino Superior.

“O documento da CONAE foi fruto de um espaço democrático de construção de acordos entre atores sociais e renovadas perspectivas para a organização da educação nacional e para a formulação do PNE (2011-2020).” (BRASIL, 2010, p-110).

A CONAE promoveu aproximação entre os segmentos sociais e os pesquisadores, alcançando seu objetivo maior que é o de mobilização social.

O Projeto do Governo (PNE) sintetiza uma série de reivindicações sociais ligadas à educação e debatidas na CONAE.

Embora haja divergência entre alguns pontos dos documentos da CONAE e o do Governo Federal (PNE), não se pode negar os grandes avanços no que se refere à possibilidade de discussão e participação dos representantes dos movimentos sociais, especialistas da educação e a sociedade civil, sobre os documentos do Governo, propiciando a consolidação de políticas de Estado. Trata-se de um grande marco na história da educação brasileira.

A Escola precisa utilizar desse artifício, de mobilização social, para promover a verdadeira democratização, com a participação de gestores municipais, gestores escolares, docentes, funcionários, pais e discentes. Buscando a realização dos objetivos propostos pela gestão administrativa, de comum acordo, com a gestão escolar, necessária se faz a integração da comunidade escolar para realização plena do alvo proposto.

Além disso, alguns aspectos, dentre outros de extrema relevância, relacionamos a seguir, com intuito de complementar a ideia de mobilização social inerente ao trabalho da escola: ajuste entre o gestor administrativo e o gestor escolar, aplicação junto à comunidade dos objetivos alcançados, discussão junto à comunidade da melhor forma a ser aplicada das conquistas obtidas.

Entendemos que para se alcançar e realizar os aspectos acima descritos temos que despertar junto à comunidade a necessidade de uma participação e responsabilização coletivas que orientem a elaboração de metas viáveis ao alcance dos objetivos mais relevantes da escola. Assim sendo, é necessário um planejamento que vise o alcance de nossas expectativas a curto, médio e longo prazo.

Temos que levar em conta, que o processo Educacional passou a princípio pela igreja oficial do Brasil, no caso o catolicismo romano, que absorveu o ensino básico, o médio e o superior, culminando no desenvolvimento intelectual brasileiro, cujo objetivo se voltava pelo interesse da própria organização religiosa que buscava preparar o setor educativo e encontrar neste meio a vocação para a vida sacerdotal. Com isso houve muito investimento por parte da Igreja na área Educacional, com a instalação de colégios de estruturas europeias.

Estes colégios se destinavam à elite que tinha certa influência sobre o Estado e, por isso, conseguia pressionar e exigir uma educação de qualidade.

Com a destituição da ordem dos jesuítas que eram os promotores da Educação, o Estado assumiu e, infelizmente a classe popular deixou de pressionar o poder público, havendo um declínio na qualidade de educação, uma vez que os objetivos que antes permeavam o ensino já não atingiam a nova demanda.

Podemos inferir que a falta de participação da classe popular no processo educacional, contribuiu não só para o distanciamento da comunidade, como para visível perda da qualidade de ensino. À Escola cabe, além de outras, a tarefa de propiciar a participação num sentido mais amplo, permitindo à comunidade inclusive, a tomada de decisões.

Assim sendo, a qualidade da educação pública depende também, da participação das camadas populares. Só assim, teremos uma escola que contribua, de fato, para a transformação social. É preciso haver envolvimento da Comunidade nas decisões, visando à autonomia da escola.

Paro (2002 p.22), propõe uma reflexão sobre a estrutura e funcionamento da escola e da necessidade de engajamento e participação de todos os envolvidos no processo educativo:

Na verdade, ter o diretor como responsável último por esse tipo de escola, tem servido ao Estado como um mecanismo perverso que coloca o diretor como “culpado primeiro” pela ineficiência e mau funcionamento da escola, bem como pela centralização das decisões que aí se dão. Isto leva o diretor de escola a ser alvo dos ódios e acusações de pais, alunos, professores, funcionários e da opinião pública em geral, que se voltam contra a pessoa do diretor e não contra a natureza de seu cargo, que é o que tem levado a agir necessariamente contra os interesses da população (p. 22).

A partir do momento que haja a distribuição de autoridade entre os vários segmentos da escola, há também o compartilhamento de responsabilidades. Com isso, se faz mais provável, o maior engajamento por parte da comunidade escolar em todos os assuntos de interesse coletivo.

Além da organização estrutural da escola, há que se considerar a qualidade das relações interpessoais estabelecidas entre alunos/alunos, alunos/professores, professores/professores, escola/família, enfim, as relações entre pares e com a autoridade.

Entre 1995 e 2000, o chileno Juan Casassus esteve à frente de um estudo da Unesco, sobre a qualidade da Educação na América Latina. A pesquisa, realizada em 14 países, incluindo o Brasil, analisou fatores que favorecem o bom desempenho dos estudantes e demonstram a importância do clima escolar, ou seja, do ambiente sociomoral, como fator de grande relevância na qualidade de aprendizagem dos alunos. Foram examinadas mais de 30 variáveis, tais como: condições de trabalho, salário, experiência e formação dos professores, o número de livros em casa e na biblioteca, o tempo que os pais passam diariamente com os filhos, o total de alunos por classe, etc. Além dessas, também aponta que docentes com formação sólida, avaliação sistemática, material didático suficiente, prédios adequados, famílias participativas são características importantes para se ter um ambiente favorável à aprendizagem. Porém, foi a qualidade de um *ambiente emocional*, gerado pelo tipo de relação estabelecida entre professor/aluno, aluno/aluno, o fator apontado como mais fundamental.

Para transmitir o gosto pelo conhecimento um professor precisa dominar os conteúdos de sua disciplina, mas também precisa saber acolher as turmas,

identificando e trabalhando interesses e sentimentos. Nesse sentido, percebe-se que nas instituições em que os alunos se dão bem com os colegas, há poucas brigas, o relacionamento mais harmonioso predomina e não há interrupções nas aulas, eles se saem melhor. Foi possível perceber que o desempenho dos alunos chegou a ser superior em 36% na nota média da prova de Linguagem e 46% na de Matemática. Nesta pesquisa, fica claro que o clima emocional teve uma importância maior do que todos os demais fatores somados.

Perkins (2006, 2007, 2011) mostra a influência do clima escolar na aprendizagem, afirmando que o ambiente não é mais importante do que o ensino em si, porém é tão importante quanto. Se a escola é pouco acolhedora, seus alunos tendem a se comunicar mal, não sabem realizar trabalhos em equipe, havendo aumento dos conflitos e de formas agressivas de resolvê-los.

Cabe à equipe pedagógica observar as particularidades da comunidade para poder definir as condições de aprendizagem aos alunos, tanto na escolha os conteúdos quanto na melhor forma de ensiná-los. Também é preciso haver uma boa forma de comunicação entre estudantes e educadores, para que os primeiros sintam-se à vontade para falar de seus problemas.

Outro fator importante ao bom clima escolar é a confiança depositada pelo diretor nos professores, permitindo que estes criem, que coloquem em prática novos projetos, que realizem mudanças e que assumam riscos ao pensar em estratégias para que os alunos aprendam melhor, sempre avaliando os resultados, em contínua parceria. As experiências de vida social são necessárias para aprender a viver em grupo.

Mantovani de Assis e Vinha (2007), falam sobre as dificuldades enfrentadas pelo professor na Construção de um ambiente cooperativo. Suas pesquisas apontam que os educadores baseiam seu fazer pedagógico na sua experiência, em argumentações do senso comum – sem reflexão sobre coerência teórica, não possuindo hábito do estudo teórico: conhecimento teórico. É possível perceber, por parte de alguns educadores, certa resistência em relação à Teoria Construtivista. Acreditam que ter um ambiente cooperativo significa ter um ambiente permissivo, e por receio de perder o domínio dos alunos, utilizam mecanismos de controle. Veem a mudança como um atentado contra suas experiências e seus conhecimentos. Reconhecer que não sabe algo gera bloqueio e insegurança diante de um novo

caminho. É necessário romper com estas barreiras e repensar a educação, estar ciente de que não basta mudar o currículo, mais do que isso, é imprescindível investir nas relações para alcançar os objetivos reais e propiciar uma aprendizagem verdadeira e significativa.

Acreditamos que este ambiente passa a ser possível a partir de um compromisso efetivo dos profissionais envolvidos com a proposta de uma educação de qualidade. Compromisso que envolve: conhecimento, competência, responsabilidade, reciprocidade, etc. Para tanto, há de se investir na formação do educador, para que reflita sobre sua responsabilidade quanto à aprendizagem de seus alunos, deixando de utilizar como argumentos para justificar a baixa aprendizagem, a realidade socioeconômica das famílias, a quantidade de alunos por sala, estrutura familiar, falta de tempo, patologias, governo, etc.

2- PROPOSTA DA ESCOLA

Buscando uma gestão democrática e participativa, a partir de 2007, demos início a uma nova Proposta de Trabalho. Esta proposta foi baseada em diagnóstico levantado na elaboração do Projeto Político Pedagógico de 2007. Na ocasião, o corpo docente e técnico da escola elencou como principal entrave colaborador para a reprovação e evasão a postura do aluno que vinha apresentando atitudes percebidas como negativas pela equipe, uma vez que comprometiam não só a produtividade mas, principalmente as relações interpessoais da escola.

Além do diagnóstico interno, foi elaborado um questionário para os pais e alunos, como sondagem da realidade de nossa comunidade (anexo I).

Foram feitas mudanças na dinâmica das aulas, adotadas salas ambientes que possibilitaram aos educadores organizarem e adequarem o ambiente de suas salas às temáticas referentes a área de conhecimento, bem como aos estudantes a movimentação pela escola, deslocando-se a cada troca de aula, num exercício de responsabilidade e, ao mesmo tempo, em respeito às necessidades reais que todos temos de relaxamento da atenção.

Foi discutido também a questão do currículo, garantindo uma prática que permitisse aos alunos o autoconhecimento, o conhecimento do outro e com o outro. A garantia foi feita por meio de uma mudança curricular que contemplasse a ampliação da carga horária de Artes e Educação Religiosa, áreas nem sempre bem aproveitadas no processo de formação do ser humano aluno, como também a introdução de duas outras áreas: Ambiente e Meio Ambiente (6º e 7º anos) e Ética (8º e 9º anos), cuja proposta é de significar a teoria na prática, trazendo para reflexão e representação situações reais, a metodologia da dialética e da resolução de conflitos. Embora fosse de conhecimento da coordenação e direção da escola que uma educação moral não se restringe a um trabalho específico de áreas eleitas para tal, apostou-se nesse modelo, acreditando que um trabalho efetivo, sistematizado na matriz curricular, daria o impulso necessário para que as demais áreas e segmentos da escola se voltassem para uma profunda reflexão sobre práticas e posturas adequadas à construção de relações respeitadas e de um ambiente escolar cooperativo.

A equipe passou a estudar e se aprofundar sobre o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral, na perspectiva piagetiana. Com suporte teórico em autores construtivistas, os temas de estudo foram e são escolhidos com o objetivo de sustentar uma proposta que contemple práticas morais, buscando na cooperação possibilidades reais de construções positivas: individuais, entre os pares e com a autoridade.

A coordenação pedagógica, apoiada pela direção, foi responsável pelas reuniões de estudos, bem como pela preparação dos profissionais que trabalham diretamente com procedimentos da Educação Moral: assembleias, discussão de dilemas e conflitos hipotéticos.

Ao mesmo tempo em que os estudantes iniciaram o exercício de reflexão sobre as atitudes mais adequadas para uma convivência de respeito, a coordenação iniciou o trabalho, em todas as turmas, de informação sobre o “bullying escolar”, esclarecendo características, causas e consequências, com o objetivo de instrumentalizar estudantes e professores para essa face sutil e cruel da violência, presente, infelizmente, na convivência entre pares.

Paralelamente, foram feitas mudanças necessárias e coerentes à nova proposta e a avaliação dos alunos passou a contemplar dimensões atitudinais, procedimentais e cognitivas; projetos pedagógicos voltados para as relações interpessoais pautadas no respeito e na tolerância pelas diferenças e os resultados positivos começaram a aparecer significativamente nas participações da escola em concursos, olimpíadas e avaliações externas.

Hoje, temos a convicção de que é possível trabalhar em busca de um ambiente sócio-moral cooperativo. De acordo com Devries e Zan (1998):

ambiente sociomoral cooperativo compreende todas as redes de relações interpessoais que formam a experiência escolar da criança, incluindo o relacionamento com o professor, com as outras crianças, com os estudos e com as regras (P.17).

Experimentamos em nosso dia a dia, mudanças de postura e maior interesse dos alunos pela escola, É evidente que ainda temos muito a caminhar, porém acreditamos estar na direção de uma Gestão Democrática. Por meio de assembleias quinzenais, os alunos discutem situações vivenciadas no dia a dia e são levados a refletirem sobre possíveis soluções e responsabilidades. Procuram analisar as

situações em todas as perspectivas, pensando e analisando também o ponto de vista do outro. Práticas morais são usadas como forma de discutir e buscar soluções para problemas, especialmente quando são conflitos que envolvem o coletivo. O resultado, são alunos que argumentam e não aceitam qualquer situação por imposição.

Em contra partida, nosso investimento na formação do professor precisou ser intensificado, uma vez que se torna um desafio para o educador, estar pronto a ouvir as críticas e sugestões dos alunos, que se tornam cada vez mais frequentes.

A proposta curricular da escola foi reconhecida pela UNESP, como experiência bem sucedida em Educação Moral e compõe um capítulo do Livro a ser lançado em breve pela editora Cortez, onde outras experiências nesse sentido são relatadas.

Acreditamos que tais experiências só foram possíveis por termos ampliado nosso olhar em relação à participação da Comunidade nas decisões da escola.

3- GESTÃO COMPARTILHADA: REALIDADE OU UTOPIA?

Diante das transformações ocorridas na escola, fez-se necessária uma revisão na forma de gestão. Segundo Paro (2002):

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola. (Paro, 2002, p. 10)

No ano de 2011, enquanto discutíamos a proposta da Escola Frente e Verso (Período Integral) durante a assembleia docente, houve a concordância de se valorizar profissionais já engajadas com os estudos e avanços da escola para assumirem o papel de professoras tutoras.

Estas profissionais, autorizadas pela Secretaria Municipal de Educação, assumiram a tutoria pedagógica em um período de sua jornada a fim de fortalecer a equipe e intensificar os estudos necessários para um trabalho de qualidade. A gestão da escola passou a ser compartilhada entre direção, vice-direção, coordenação e professoras tutoras que, juntos, decidem o andamento da proposta.

Nesse sentido, temos buscado por meio do projeto pedagógico, momentos para oportunizar a tomada de consciência acerca dos principais problemas da escola, das possíveis soluções, definindo responsabilidades coletivas e pessoais para eliminar ou atenuar as falhas que têm sido detectadas. A gestão pedagógica caminha, pois, para uma gestão compartilhada, que de acordo com Paro (2002), necessita ser exercida por um conselho diretivo.

Nesse Conselho Diretivo, o Coordenador Geral não teria, em consequência, o papel que desempenha hoje o diretor, sendo apenas um de seus membros que, com mandato eletivo, assumiria por certo período a presidência desse colegiado, dividindo com seus membros a direção da unidade escolar. Isto implicaria ser o colegiado, e não seu presidente, o responsável último pela escola. Além do Coordenador Geral, fariam parte um Coordenador Pedagógico, um Coordenador Comunitário e um Coordenador Financeiro (p.112).

Nosso grupo inicial é composto por duas professoras, duas coordenadoras, diretora e vice-diretor e nos reunimos semanalmente para definir as ações relativas à escola. Esse modelo foi iniciado após aprofundarmos nossos estudos baseados na linha construtivista. Atualmente todos os membros da Equipe Gestora são integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral (UNICAMP).

A Equipe Gestora coordena as discussões sobre todos os assuntos que se dizem respeito à escola, porém compartilha as decisões com os profissionais envolvidos. Quando há algum problema de metodologia e/ou planejamento, há orientação ao profissional e, juntos, buscamos chegar a um consenso.

Ainda é muito discreta a participação da comunidade, embora tenhamos algumas famílias que são mais presentes e dispostas, porém ainda não se posicionaram de forma efetiva em relação às ações da escola. Houve significativa mudança por parte das famílias quanto à frequência na escola, tanto para acompanhamentos dos filhos, quanto para a participação nas reuniões temáticas, cujos assuntos incidem sobre o interesse e necessidade da comunidade. No entanto, falta-nos aprofundar os estudos em relação ao envolvimento da família no processo de decisão da escola. Esta é a Meta da Equipe Gestora para o ano de 2013. Ainda não temos um programa, que abra a Escola para a Comunidade aos finais de semana.

Nosso objetivo é investir na participação das famílias junto à vida escolar de seus filhos, sem que isso dependa de um chamado. Orientamos que nos procurem quinzenalmente para se interar sobre o desempenho seus filhos. Já tivemos uma mudança de postura por parte de inúmeras famílias, o que se reflete positivamente no processo educativo. Nosso grande e maior desafio está em propiciar o envolvimento das famílias no processo de decisão da escola por meio do Fortalecimento do Conselho Escolar.

Sabemos também da nossa responsabilidade em propiciar esta participação, por isso a partir deste ano, já estão em andamento reuniões com as famílias, professores e funcionários para um trabalho de formação quanto à importância e função do Conselho Escolar.

Com a mudança de governo do município, tivemos um grande abalo na estrutura da proposta da escola, pois por questões burocráticas, as professoras tutoras, que davam suporte pedagógico aos educadores, foram tiradas desta função, sob alegação de que estariam em desvio de função. Estas, por fazerem parte de grupo de estudos, eram de certa forma, alicerce para desenvolvimento da proposta. Com isso, passamos hoje por uma reestruturação a fim de alcançar as metas educacionais estabelecidas, bem como manter o interesse, dedicação e satisfação da comunidade escolar quanto ao desempenho da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de reelaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Wilson Hedy Molinari e durante o desenvolvimento do Curso de Especialização em Gestão Escolar, percebemos a necessidade de fortalecimento do Conselho Escolar, buscando uma Gestão Democrática.

Segundo Weffort (1995):

[...] a escola que se abre à participação dos cidadãos não educa apenas às crianças que estão na escola. A escola cria comunidade e ajuda a educar o cidadão que participa da escola, a escola passa a ser um agente institucional fundamental do processo da organização da sociedade civil (p. 99).

Diante da proposta pedagógica da escola foi imprescindível um novo olhar sobre esta questão, possibilitando maior engajamento por parte de alguns membros da comunidade escolar, porém ainda não foi suficiente para alcançar nossos objetivos de participação coletiva.

Com o intuito de tornar possível e efetivar esta participação, a escola iniciou um grupo de estudos para que a comunidade possa aprofundar os conhecimentos em relação ao Conselho Escolar.

Foi possível perceber que algumas questões a serem solucionadas e que há tempos a escola preteava sem êxito, foram conseguidas a partir de iniciativas de algumas famílias.

Percebemos que o envolvimento das famílias, bem como de outras pessoas da comunidade apresentam muitos pontos favoráveis e que podem contribuir para melhoria da qualidade de ensino.

Neste percurso, tivemos alguns obstáculos que, de certa forma, foram desmotivadores para toda a equipe, principalmente diante das mudanças promovidas pelo novo governo, porém não foram capazes de desestabilizar a estrutura e funcionamento da proposta. Temos uma escola que investe na qualidade das relações e acredita que a justiça e o respeito são ponto de partida para se ter um ambiente sócio moral cooperativo, além de educandos críticos e participativos.

Acreditamos que a possibilidade da Gestão Compartilhada seja real e possível e esperamos vencer estes obstáculos que permeiam a concretização das

metas estabelecidas. Confiamos que diante do envolvimento efetivo e participação nas tomadas de decisões, a própria comunidade poderá reivindicar a manutenção da proposta pedagógica, uma vez que houve grandes avanços no que se refere à qualidade de ensino e respeito mútuo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Ministério da Educação. CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE). **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento Final.** Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conae>>.

Entrevista com Romualdo Portela de Oliveira. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index>

CASASSUS, JUAN. **Tarefas da educação.** Campinas –SP. Autores Associados, 1995. (Coleção Contemporânea)

DEVRIES, Rheta; ZAN, Betty. **Uma abordagem construtivista do papel da atmosfera sociomoral na promoção do desenvolvimento das crianças.** In: FOSNOT, Catherine T. **Construtivismo.** Porto Alegre: Artmed, 1998, , p.123-140

PARO V.H. **Gestão Democrática da Escola Pública.** São Paulo: Ática, 2002

PERKINS, B. K. **Where we learn: The CUBE Survey of Urban School Climate.** Alexandria, VA: National School Boards Association, 2006. Disponível em <<http://schoolclimatesurvey.com/publications.html>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

_____. **Where we teach: The CUBE Survey of Urban School Climate.** Alexandria, VA: National School Boards Association, 2007. Disponível em <<http://schoolclimatesurvey.com/publications.html>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

_____. **What we think: parental perception of urban school climate.** Alexandria, VA: National School Boards Association, 2008. Disponível em: <<http://schoolclimatesurvey.com/publications.html>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Wilson Hedy Molinari, 2013.

VINHA, T.; MANTOVANI de ASSIS, O. Z. A autonomia, as virtudes e o ambiente cooperativo em sala de aula: a construção do professor. In: TOGNETTA, L.R.P (org.) Virtudes e educação – o desafio da modernidade. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007. p.159-197

WEFFORT, F. Escola, participação e representação formal. Petrópolis:Vozes, 1995.

ANEXOS



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLA MUNICIPAL WILSON HEDY MOLINARI

POÇOS DE CALDAS

2013

MICHELE MENDES SANTANA INÊS

SILMARA ALMEIDA DA SILVA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL WILSON HEDY MOLINARI

**Atividade avaliativa apresentada ao
Curso de Especialização em Gestão
Escolar da Faculdade de
Educação/UFMG, desenvolvida na Sala
Ambiente Projeto Vivencial.**

**Professora Orientadora: Dra. Regina A.
Barros de Souza.**

POÇOS DE CALDAS

2013

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 04 |
| 1. FINALIDADES DA ESCOLA | 06 |
| 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL | 06 |
| 2.1. Estrutura Organizacional Administrativa | 07 |
| 2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica | 07 |
| 3. CURRÍCULO | 09 |
| 3.1. Planejamento Estratégico: a análise estratégica situacional da escola e a nova proposta curricular..... | 09 |
| 3.1.1. A Educação Moral..... | 09 |
| 3.1.2. Desenvolvimento e Ambiente Sociomoral cooperativo: uma revisão construtiva da Escola..... | 11 |
| 3.1.3. Experiência bem sucedida em educação moral : O reconhecimento acadêmico do trabalho..... | 17 |
| 3.1.4. Escola Frente e Verso – Proposta Ano Letivo 2012 | 17 |
| 4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES..... | 18 |
| 5. PROCESSOS DE DECISÃO..... | 19 |
| 6. RELAÇÕES DE TRABALHO..... | 20 |
| 7. AVALIAÇÃO..... | 21 |
| REFERÊNCIAS..... | 23 |
| ANEXOS | 25 |
| MATRIZES CURRICULARES | 25 |
| CALENDÁRIO ESCOLAR | 28 |

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Wilson Hedy Molinari – 1.2.0.2., de Poços de Caldas, fundada EM 1.948, com o nome de Escola Primária São Sebastião, pelos Padres Oblatos de Maria Imaculada. No dia 06/04 iniciou suas atividades. Em 21 de maio do mesmo ano, foi firmado um convênio entre a referida escola e a Prefeitura Municipal, cabendo a esta a escolha, a nomeação e o pagamento do salário dos professores.

Em 24 de novembro de 1984, através da Lei Estadual n.º 8747 a Escola recebe a denominação de Escola Estadual Wilson Hedy Molinari – em 1994, nos termos do Artigo 29 da Resolução CEE n.º 306, de 19 de janeiro de 1984 e considerando a Resolução CEE n.º 385, de 12/07/91, foi autorizada a mudança da Escola situada à Rua Dr. Gil Monteiro, n.º 140, Bairro Vila Cruz, para o prédio localizado à Avenida Gentil Messias Kitate n.º 93, no mesmo bairro.

Ainda em 1994, conforme Resolução SEE n.º 7303/94 MG, de 12/03/94, pág. 14, col. 3, a Escola Estadual Wilson Hedy Molinari foi municipalizada, passando a denominar-se Escola Municipal Wilson Hedy Molinari.

Atualmente a Escola atende a 556 alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e 125 alunos da Educação de Jovens e Adultos.

Sabendo-se que planejar é um processo político-pedagógico que implica em diagnosticar uma situação e tomar decisões em função de um determinado fim, lembramos que o projeto político-pedagógico da escola faz parte do seu planejamento.

Sendo assim, o planejamento escolar deve ser participativo.

O presente projeto político-pedagógico pretende indicar grandes perspectivas, quais valores orientam a ação educativa, as ideologias em jogo, além de uma discussão do contexto local, devendo retratar as aspirações, ideais e anseios da comunidade escolar, seus sonhos em relação à escola.

“O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO da Escola possibilita introduzir mudanças planejadas e compartilhadas. Essas mudanças pressupõem, de um lado, ruptura com uma cultura de reprovação e com uma educação elitista e, de outro lado, compromisso com a aprendizagem do aluno e com uma educação de qualidade para todos os cidadãos”. (CEE, Parecer 1.132/97)

Enfim, pretende-se com o P.P.P. a construção de uma pedagogia crítica, marcada pelo compromisso de todos os que trabalham no campo da educação escolar de consolidar um projeto de educação inclusiva.

Como 1ª etapa na elaboração do P.P.P., têm-se as finalidades da escola, onde foram explicitadas as expectativas, sonhos, esperanças da comunidade escolar relativos à construção de uma sociedade melhor.

A construção do presente Projeto foi feita a partir de questionários e reuniões periódicas, envolvendo toda a comunidade escolar.

1-FINALIDADES DA ESCOLA

A escola tem sua finalidade pautada na ideia de que a Educação deve estar focada no aluno.

Sendo assim, vislumbra-se uma escola onde haja igualdade nas oportunidades de aprendizagem.

Uma escola onde os profissionais anseiem e invistam por qualificação contínua, assumindo significativamente seu compromisso como agentes mobilizadores e mediadores no processo de construção de uma sociedade mais justa e consciente.

Que permita a participação das famílias e comunidade em geral na dinâmica e construção de um ambiente escolar harmônico, onde a consciência e o respeito sejam o norte do trabalho.

Uma escola onde prevaleça o trabalho coletivo e integrado, visando sempre, a melhoria de resultados, quantitativos e qualitativos.

Que exerça a inclusão responsável e compromissada com o crescimento de todos.

Que democraticamente exerça seus direitos e deveres.

Enfim, o desejo é de uma escola que se orgulhe por cumprir seu verdadeiro papel no processo de transformação de sua comunidade.

2-ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1-ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A escola possui um prédio com 2 pavimentos, possuindo 12 salas de aulas, 01 sala de Recursos Multifuncionais, 01 sala de Informática, 01 Sala de Artes, 01 Biblioteca com mobiliários inadequados, 01 Refeitório, 01 Pequena Sala para Instrumentos da Banda Marcial, 01 Galpão bem precário, Secretaria bem ampla, Sala dos Professores, Direção e Supervisão.

A estrutura da escola não está adequada ao atendimento dos alunos. Possui muitas escadas, barrancos e grades soltas, necessitando de manutenção e reparos.

A escola é bem equipada quanto aos recursos audiovisuais, possuindo: 03 Data Show`s, 06 DVD`s, 07 TV`s, 05 Computadores para uso do setor administrativo, 10 Computadores na Sala de Informática, 02 Rádios Portáteis.

A escola conta com 56 funcionários: 41 compoendo o corpo docente, 5 da equipe técnica, 6 do setor administrativo e 4 do operacional, sendo que a maioria dos funcionários são efetivos e já trabalha na escola há pelo menos 5 anos.

Embora a escola venha trabalhando o assunto de forma preventiva, o alto índice de absenteísmo continua sendo um grande desafio.

Quanto ao trabalho interno de formação continuada, a equipe participa ativamente, o que tem melhorado qualitativamente o grau de profissionalismo e comprometimento.

O Caixa Escolar tem funcionado com as contribuições de alunos e verbas governamentais.

A utilização dos recursos tem sido feita na aquisição de materiais permanentes e de consumo, elencados pelos profissionais de cada setor e aprovada pelo Conselho de Escola, assim como a prestação de contas de toda a receita e despesa da escola.

O setor administrativo da escola, reformulado e melhor organizado, estendeu o serviço de secretaria para os três turnos de forma integral, ampliando o atendimento ao público que solicita tal serviço da escola.

O Regimento Escolar necessita de atualizações, modificações e principalmente de divulgação entre toda a comunidade escolar que ainda desconhece a existência do mesmo.

A E.M. Wilson Hedy Molinari, conhecendo suas contradições e paradoxos no que tange às expectativas de muitos frente à resistência de poucos, traça seus objetivos e metas buscando não só o ideal, mas também o possível de ser realizado para uma educação cidadã, que faça a diferença.

2.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

Continuamente, são feitas mudanças necessárias e coerentes à nova proposta, que se originam das necessidades contextuais, assim como são criados e desenvolvidos projetos pedagógicos voltados para as relações interpessoais pautadas no respeito e na tolerância pelas diferenças.

Há um programa de “formação centrada na escola” oportunizando aos profissionais atualizações permanentes por meio de estudos com a coordenação como com profissionais da Unicamp e USP que, ao longo dos últimos dois anos têm oferecido gratuitamente oficinas e palestras cujos temas se voltam para a proposta de Educação Moral desenvolvida pela escola.

A participação da família na vida da escola aumentou significativamente e os efeitos positivos dessa interação apareçam efetivamente.

A comunidade já percebe a escola com respeito e como referência do Bairro.

Os projetos interdisciplinares são desenvolvidos de acordo com a realidade e necessidade local.

A biblioteca já organizada é utilizada constantemente com oficina de iniciação à pesquisa.

O laboratório de informática é utilizado durante as aulas, por alunos e respectivos professores, de acordo com os objetivos específicos de cada área.

A escola participa de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer, oferecidas por diversos segmentos municipais, empresariais e da iniciativa privada.

3-CURRÍCULO

3.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: A ANÁLISE ESTRATÉGICA SITUACIONAL DA ESCOLA E A NOVA PROPOSTA CURRICULAR

3.1.1 A EDUCAÇÃO MORAL

Desde 2007, a partir de resultados dos anos anteriores e durante o levantamento diagnóstico feito para a elaboração do PPP, percebeu-se a necessidade de investimento na postura do aluno que vinha apresentando atitudes percebidas como negativas pela equipe, uma vez que comprometiam não só a produtividade, mas, principalmente as relações interpessoais da escola. Inicialmente, em virtude de uma excessiva preocupação da equipe docente em relação aos "conteúdos escolares", a mudança mais efetiva foi quanto ao processo de avaliação dos alunos que passou a contemplar dimensões atitudinais, procedimentais e cognitivas.

Paralelo a isso, com a adoção de relatórios diários de salas entregues à coordenação, iniciou-se a mediação de conflitos, na perspectiva teórica construtivista. Projetos com objetivos solidários ganharam força na unidade.

Com uma gestão cooperativa a escola elaborou uma nova proposta curricular para o ano de 2009.

A proposta contempla seis aulas diárias de 45 min., ao invés de cinco aulas de 50 min., introduzindo a área de Ambiente e Meio Ambiente com duas aulas semanais para os sextos e sétimos anos, Ética para os oitavos e nonos anos, amplia as aulas de Educação Religiosa para duas aulas semanais, estende as aulas de Artes para todos os anos, também com duas aulas semanais.

Proposta aceita pela Secretaria Municipal de Educação e implantada no início de 2009, concebida pela equipe gestora como uma forma de intensificar as práticas favoráveis ao desenvolvimento moral dos alunos. O equilíbrio de aulas das matérias tradicionais com as novas áreas aumentou o desejo e o prazer dos alunos por estarem na escola, uma vez que nas atividades diárias das novas áreas seriam introduzidos os procedimentos de educação moral, criando pela primeira vez aos estudantes, oportunidades sistemáticas de se posicionarem sobre as questões

referentes à vida escolar, bem como outras de interesse dos grupos. A voz do aluno conquistou espaço de reflexão.

Embora fosse de conhecimento da coordenação e da direção da escola que uma Educação Moral não se restringe a um trabalho específico de áreas eleitas para tal, apostou-se nesse modelo, acreditando que um trabalho efetivo, sistematizado na matriz curricular, daria o impulso necessário para que as demais áreas e segmentos da escola se voltassem para uma profunda reflexão sobre práticas e posturas adequadas à construção de relações respeitadas e de um ambiente escolar cooperativo.

Por meio da ampliação dessas disciplinas foi possível introduzir procedimentos de Educação Moral, como jogos de expressão de sentimento, discussões de dilemas hipotéticos e reais (do cotidiano), e a realização de assembleias de salas, entre os alunos.

Essas assembleias passaram a ser realizadas quinzenalmente, com duração de duas aulas, durante aquelas disciplinas introduzidas e ampliadas, e sob a coordenação dos respectivos professores. Assembleias de sala: encontros semanais nas turmas de Fundamental I, e quinzenais para o Fundamental II. Principais objetivos:

- garantir um espaço de aprendizagem e de construção do diálogo, onde todos possam expressar seus sentimentos e pontos de vista sobre atitudes e procedimentos avaliados como adequados ou não;
- garantir e validar princípios morais como a justiça, a equidade, o respeito, a solidariedade e a dignidade;
- construir coletivamente as regras de convívio;
- fortalecer o protagonismo do grupo e de cada integrante do mesmo;
- promover o autoconhecimento;
- exercitar e desenvolver a autoconfiança e a confiança entre todos

Os estudantes são orientados a inscreverem seus assuntos antecipadamente, podendo revelar ou não sua identidade e obrigatoriamente, preservando a identidade do responsável por atitudes positivas ou negativas a serem discutidas. A condução das reuniões é feita pelos professores responsáveis pelas novas áreas de conhecimento, mediando o direito de todos se manifestarem de forma organizada, obedecendo à ordem em que solicitam a palavra. Busca-se a reflexão das diferentes

perspectivas presentes nas diversas situações. O exercício de se colocar no lugar do outro, buscando formas não violentas e respeitadas para a resolução dos conflitos, contribui para a “construção de capacidades psicomorais essenciais ao processo de construção de valores e atitudes éticas”. (ARAÚJO, 2004, p. 23).

Houve aumento significativo nas matrículas; a imagem da escola na rede municipal e na comunidade resgatou o respeito necessário para uma instituição compromissada.

Em 2010, a escola estendeu a mudança curricular também para o período da tarde, com os alunos de primeiro a quartos anos.

Existe entre a equipe interação e entusiasmo. As situações de conflito estão reduzidas e os resultados animam docentes e alunos.

3.1.2. DESENVOLVIMENTO E AMBIENTE SOCIOMORAL COOPERATIVO: UMA REVISÃO CONSTRUTIVA DA ESCOLA

Com base na experiência com as assembleias discentes, iniciaram-se, em 2010, as assembleias dos professores, também com periodicidade quinzenal.

Logo no primeiro conselho de classe, do ano letivo de 2010, houve especial atenção para o panorama das turmas de 6º e 7º anos (ao todo seis turmas, três de cada ano), onde se reuniram 18 adolescentes, com histórico repetido de reprovações escolares. Havia, portanto, uma diferença significativa de idades entre os que apresentavam a defasagem idade/série em relação aos alunos cuja situação escolar era tida como regular.

A partir de ampla discussão entre os professores, coordenação e direção, houve a concordância de que o trabalho com aqueles jovens deveria respeitar a singularidade da situação que trazia já uma história carregada de fracassos e construções de significados negativos sobre si. Por outro lado, havia a dificuldade de se considerar tais singularidades sem se ferir o respeito à maioria dos alunos das salas que, pela diferença de experiências e de desenvolvimento, sendo bem mais novos e imaturos, estavam sendo negativamente afetados pelo clima de indisciplina já instaurado.

Diante da necessidade a coordenação elaborou um trabalho diferenciado com os 18 adolescentes, que contemplasse primeiramente a (re) construção da autoimagem em direção ao autorrespeito.

Este grupo, afastados das salas de aula regulares até o final do ano letivo, teria encontros de estudos diários, com a duração de 2h30, na sala de informática (que passou a ser a sala do grupo). Os estudos seriam mediados pela coordenadora que, quanto às diversas áreas de conhecimento, buscaria não só o conteúdo, mas principalmente conhecer como aquele grupo pensava, raciocinava sobre os diferentes assuntos, ideias e teorias a serem discutidas. A proposta da coordenação era a de buscar estabelecer um novo vínculo com a aprendizagem, por meio de relações de cooperação e experiências significativas. Inspirado no modelo da Escola da Ponte, a dinâmica do trabalho traria para os alunos oportunidades de escolherem as atividades do dia, organizar a lista de frequência preenchidas por eles próprios, se manifestarem quanto às dificuldades e sucessos alcançados, oferecendo e aceitando ajuda aos pares e coordenadoras. A escola convidou os alunos e respectivas famílias para uma reunião onde foram apresentadas as propostas de trabalho, enfatizando-se a necessidade de se respeitar aquele grupo enquanto sujeitos capazes de escreverem uma história de sucesso escolar. Após o esclarecimento de todas as dúvidas apontadas pelos interessados e a concordância com os termos da proposta que trazia como regra básica, a frequência diária e sistemática dos adolescentes nos encontros/aula, as famílias assinaram autorização para que o filho participasse do que foi batizado por Projeto “Co-operar”. Em seguida, a escola encaminhou à Secretaria Municipal de Educação, o referido projeto, embasado pela fundamentação teórica piagetiana.

Em decorrência de inúmeros entraves burocráticos, o Projeto só teve seu início no mês de agosto, tendo a duração de 05 meses. No final do ano, os alunos passariam por uma avaliação de reclassificação, devendo retornar, no ano letivo seguinte, para as salas regulares (regularidade de idade/série).

Embora o projeto tenha surgido em decorrência de se oportunizar aos jovens a regularização de sua vida escolar, com a possibilidade de retornarem para seus grupos de equivalência idade/série, o foco diário, além dos conteúdos curriculares pertinentes aos 6º, 7º e 8º anos, foi o de reflexão sobre os valores individuais e coletivos que fossem favoráveis à construção do autorrespeito. Nesse sentido, a

qualidade das relações era o objeto central de atenção, por meio da reflexão de como as pessoas devem ser tratadas e, portanto, da maneira como vinham se tratando mutuamente bem como a todos que o cercavam. O trabalho de todo o conteúdo foi pautado na cooperação, definida por Piaget (1932/1994, pag.295) como o conjunto de trocas e de interações entre indivíduos iguais (oposto das relações hierárquicas) e diferenciados (oposto ao conformismo compulsório).

A experiência desse convívio onde se buscava fortalecer um contrato social voltado para relações positivas com o conhecimento e com as pessoas, foi geradora de pesquisas acerca das representações sobre escola, sobre a amizade e sentimentos de estudantes com e sem histórico de fracasso escolar (VIVALDI, DELL'AGLI, 2011, 2012; TORTELLA, VIVALDI, SOUZA; 2012).

O acompanhamento desses alunos no seu retorno às salas regulares, no ano letivo de 2011, constatou visíveis e significativas transformações ocorridas em suas atitudes e relações interpessoais e com o conhecimento. Constantemente os professores faziam relatos acerca da mudança observada na conduta dos jovens que retornaram para seus grupos com uma autoimagem positiva de si, portanto favorecedora a uma convivência social muito mais positiva.

Outro resultado decorrente dessa experiência, foi a ampliação da proposta para mais 4 salas de projeto no período da noite, substituindo assim salas de EJA. A dinâmica dessas salas tem trazido melhores resultados quanto às questões de conhecimento e relações interpessoais, bem como à evasão que ocorria nas salas de EJA - que atualmente conta somente com turmas equivalentes ao 9º ano.

3.1.3. EXPERIÊNCIA BEM SUCEDIDA EM EDUCAÇÃO MORAL: O RECONHECIMENTO ACADÊMICO DO TRABALHO

Em 2010, foi divulgada a pesquisa "Projetos bem sucedidos de Educação Moral: em busca de experiências brasileiras", desenvolvida por um grupo de pesquisadores de diversas Universidades do país e contou com o apoio do CNPQ (Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

As escolas onde ocorreram as experiências de Educação Moral mais interessantes foram visitadas e seus projetos publicados no site

<http://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/grupos-de-estudo-e-pesquisa/educacao-moral/apresentacao/>

<http://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/grupos-de-estudo-e-pesquisa/educacao-moral/projetos-interessantes/>

Além de nossa escola ter sido a única de Minas Gerais tendo seu trabalho reconhecido e validado cientificamente, fará parte de um livro a ser lançado em 2013.

3.1.4. “ESCOLA FRENTE E VERSO” – PROPOSTA ANO LETIVO 2012

Nossa proposta curricular, por meio das modificações em seu quadro, vem garantindo à escola, o desenvolvimento dos elementos principais eleitos como norteadores de nosso trabalho:

- conhecer e respeitar a si e ao outro,
- conhecer e respeitar o ambiente e o meio ambiente,
- conhecer e respeitar seus deveres, bem como seus direitos de cidadão,
- conhecer e aplicar seus conhecimentos a seu favor.

Tal proposta pretendia também, iniciar o processo de extensão para o atendimento em período integral, demonstrando que a filosofia do nosso trabalho é oferecer à nossa comunidade uma educação pautada no desenvolvimento do ser humano como um todo, respeitando e reconhecendo suas singularidades.

Sendo assim, apresentamos para o ano de 2012, a extensão e continuidade daquilo que entendemos como educação responsável para a cidadania: a Escola “Frente e Verso”

A Escola “Frente e Verso”, de atendimento em período integral, pretende redimensionar e enriquecer a estrutura organizacional da escola com novos espaços e oferecer maior tempo de permanência aos alunos, pressupondo matrizes curriculares ampliadas e disposição da equipe escolar. A organização curricular da Escola “Frente e Verso”, de Tempo Integral dispõe que irá manter o desenvolvimento do currículo básico do Ensino Fundamental, enriquecendo-o com procedimentos metodológicos inovadores – as Oficinas Curriculares -, a fim de oferecer novas oportunidades de aprendizagem e vivência através de atividades de natureza prática, conforme Diretrizes Gerais sobre a Escola de Tempo Integral (SÃO PAULO, 2006).

Os componentes do currículo básico e as Oficinas Curriculares deverão favorecer a vivência de atividades dinâmicas, contextualizadas, significativas no campo da arte, da leitura, da matemática, do esporte, do convívio social. A avaliação do desempenho escolar terá maiores possibilidades de abranger o aluno em todas suas potencialidades, suas diversidades, suas preferências, suas habilidades – o aluno “por inteiro” .

Estas Oficinas de enriquecimento curricular viabilizarão, em tempos complementares, os seguintes objetivos:

- Educar e cuidar da imagem positiva do aluno;
- Atender às diferentes necessidades de aprendizagem;
- Promover o sentimento de pertinência e o desenvolvimento de atitudes de compromisso e responsabilidade para com a escola e com a comunidade, instrumentalizando-o com as competências e habilidades necessárias ao desempenho do protagonismo juvenil e à participação social;
- Promover a cultura da paz pelo desenvolvimento de atitudes de autor respeito, respeito mútuo, solidariedade, justiça e diálogo.

Pretendemos no horário complementar uma pedagogia dinâmica, centrada na criatividade e na atividade discente numa perspectiva de construção do conhecimento pelos alunos, mais do que na transmissão dos conhecimentos pelo professor. O que vem sendo o mote de todo nosso compromisso pedagógico.

Para tanto, fez-se necessária a implantação das seguintes Oficinas:

- Reciclando;
- Linguagem iconográfica;

- Geometria na prática;
- Dança Circular;
- Artesanato;
- Banda Mirim;
- Iniciação à pesquisa;
- Apoio pedagógico em Língua Portuguesa;
- Apoio pedagógico em Matemática;
- Artes cênicas;
- Expressão Corporal.

Uma proposta como a da Escola “Frente e Verso” de Tempo Integral, exige um grande envolvimento de docentes e funcionários.

Dewey (1979) já falava que “a concepção ampla de hábito envolve a formação de atitudes tanto emocionais, quanto intelectuais; envolve toda nossa sensibilidade e modos de receber e responder a todas as condições que defrontamos na vida”. Bourdieu (2001) e Abdalla (2006) falam de pôr em evidência as “capacidades criadoras, ativas, inventivas do habitus e do agente (que a palavra hábito não diz), chamando a atenção para a ideia de um agente em ação”. Apoiando-nos, nestas teorias, pensamos que as mudanças propostas pela Escola “Frente e Verso”, de Tempo Integral, principalmente, no que se refere a tempo e espaço escolar, só poderão transformar-se em ação histórica, isto é, em história atuada e atuante, se forem assumidas por agentes realmente envolvidos com a educação e dispostos a assumirem uma vontade de mudança de atitude.

Com vistas nisso, a composição da equipe docente deveria contar com a necessária exclusividade de dedicação não só para a execução do que se pretende, mas principalmente para que o sentimento de pertencimento também se estenda para nossos educadores.

4-TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES

A demanda escolar vem sendo atendida, buscando respeitar o zoneamento e de forma integrada com outras escolas do município e do estado.

O fluxo escolar previsto está de acordo com a capacidade física da escola, havendo a necessidade de se prever espaços para a Educação Física.

A matrícula é feita de acordo com as exigências legais e o atendimento aos pais é feito por ano de acordo com data estabelecida pela secretaria da escola. São utilizadas senhas para melhor atendimento.

A permanência dos alunos na escola é dividida por turnos sendo das 7 às 11h45, das 13 às 17h20 e das 19h às 22h30, resguardando os períodos de recreio.

No artigo 23, cap. II, da LDB, lemos:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Sabemos que apesar da flexibilidade da LDB, não usamos esta flexibilidade e seguimos o que todos seguem, já mudamos em relação ao currículo e estamos estudando para buscar uma relação melhor entre tempo escolar, espaço e qualidade.

Este ano iniciamos um processo de ciclo até o 3º ano, e nossos professores estão participando dos estudos do PNAIC, e estudos para as mudanças de avaliação no 3º ano, já que ele agora será um fechamento de ciclo, pois os alunos serão avaliados no 3º ano todo o trabalho iniciado no 1º ano. É um momento de aprendizagem e adaptações de todos, tanto dos professores como também dos pais que têm que se acostumar sobre o fator “reprovação e aprovação”. Assim, devemos caminhar para rever os conceitos de avaliação, garantindo um aproveitamento de tempo e espaço escolar com mais dinamismo e qualidade, continuando a luta para o tempo integral com condições de atendimento com um espaço físico adequado para as necessidades que a educação integral pede.

5-PROCESSOS DE DECISÃO

As transformações ocorridas na escola demandaram também, uma revisão na forma de gestão.

Em 2011, quando discutida a proposta da Escola Frente e Verso em assembleia docente, houve também a concordância de se valorizar profissionais já engajados com os estudos e avanços da escola para assumirem o papel de professores coordenadores.

Tais profissionais foram autorizados pela Secretaria Municipal de Educação a assumirem a coordenação pedagógica em um período de sua jornada, fortalecendo a equipe e intensificando os estudos necessários para um trabalho de qualidade.

A gestão da escola passou a ser compartilhada entre direção, vice-direção, coordenação e professores coordenadores que, juntos, decidem o andamento da proposta.

O Conselho Escolar, agora já mais fortalecido, participa das decisões pedagógicas, administrativas e financeiras da Escola.

As funções mais importantes da gestão escolar são: a) o sentido histórico do que se faz na escola ou a aprendizagem significativa na formação humana e b) a unidade do processo pedagógico da escola. Para cumprir essas funções, tornou-se cada vez mais importante e indispensável o envolvimento na gestão escolar dos diferentes segmentos da comunidade escolar e a participação da comunidade local. A participação da comunidade na gestão da escola, especialmente na definição do projeto político-pedagógico, coloca-se como passo importante para a reinvenção da escola.(DOURADO,2006, pag,13)

6-RELAÇÕES DE TRABALHO

Estamos buscando as relações de trabalho pautadas na democracia e não em relação de poder e submissão, assim nossas relações de trabalho giram em torno da democratização, divisão de trabalho, descentralização, cada um fazendo sua função da maneira mais eficiente possível.

Nosso quadro de docentes e demais funcionários são competentes e tentamos manter os que realmente abraçam nossa filosofia de trabalho, já que temos um currículo diferenciado e propostas específicas de trabalho.

Temos investido na formação continuada dos profissionais, pois acreditamos ser esse o caminho para novas conquistas.

7-AVALIAÇÃO

A avaliação do Projeto Político Pedagógico será feita de forma sistemática e permanente, buscando o cumprimento das ações, bem como o replanejamento do que se fizer necessário.

“O importante não é fazer como se cada um houvesse aprendido, mas permitir a cada um aprender”. (PERRENOUD, p. 165, 1999)

Sendo a avaliação um processo dinâmico e contínuo que inclui a avaliação da aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, necessita ser permanente. A avaliação é, portanto, parte integrante do processo ensino-aprendizagem e deverá ser contínua, cumulativa e considerará no desempenho do aluno, a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, a fim de proporcionar:

- continuidade de aprendizagem na construção do seu conhecimento;
- condições de prosseguimento de seus estudos em nível mais elevado;
- contribuir para a integração definitiva do educando no usufruto da cidadania.

A proposta pedagógica da escola pauta-se em alguns pontos:

- ✓ Avaliar todas as situações de aprendizagem, incluindo aquelas que tradicionalmente não eram consideradas;
- ✓ Observar a importância da educação continuada dos professores para dar conta das exigências em relação às novas propostas para avaliação de aprendizagem;
- ✓ Considerar o aumento de vida do aluno e as diferenças no processo de construção do conhecimento, levando em conta a importância da auto-avaliação e a definição das habilidades que o aluno deve apresentar para demonstrar que houve mudança;
- ✓ Utilizar processos diversificados, para atender a situações diferenciadas de aprendizagem e de modo de conhecer;

- ✓ Atender para o fato de que o processo educativo não se inicia nem se encerra na sala de aula, considerando conhecimentos prévios do aluno, por meio da competência demonstrada em processos avaliativos orientados para tal fim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, M.F.B. O Senso Prático de Ser e Estar na Profissão. São Paulo: Cortez, 2006.

ARAÚJO, U. F. Assembléia escolar: um caminho para resolução de conflitos. São Paulo: Moderna, 2004. (Cotidiano Escolar).

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Tradução Fernando Tomaz, 4. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL, MEC, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/1996

DEWEY, J. Experiência e Educação. 3 ed., tradução de Anísio Teixeira, São Paulo: Nacional, 1979.

DOURADO, Luiz Fernandes . Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília, 2006.

PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999

PIAGET, J.(1932) O juízo moral na criança. São Paulo, SP: Summus, 1994

SÃO PAULO. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP. 2ª versão preliminar das Diretrizes Gerais sobre a Escola de Tempo Integral, 2006.

TORTELLA; VIVALDI; SOUZA . Amizade e fracasso escolar. Educativa (UCG). ISSN: 1415-0492 (aceito para publicação 2012)

VIVALDI, F.M.C.; DELL' AGLI, B.A.V. Representação de escola em adolescentes com histórico de fracasso escolar. Anais do II CONGRESSO DE PESQUISAS EM PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO MORAL, Unicamp/ Campinas, 2011, p.493-510, disponível em

<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/scheme/article/viewFile/2401/1954>

<http://www.fe.unicamp.br/coppem/wp-content/uploads/2011/08/31-flavia-e-b-eixo-4.pdf>

_____ Sentimentos sobre a Escola Presentes em Estudantes com e sem Histórico de Fracasso. Schème: Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas. V. 4, N. 1 – Jan-Jul/2012, p. 167-191.